



Educação jurídica, formação de professores e currículo de direito: aportes a partir do caso da Faculdade Intercultural Indígena-FAIND

Bruna Hoisler Sallet – Unisinos;

Guilherme Stefan – UFRGS;

O presente trabalho discorre sobre a importância da interculturalidade na educação jurídica brasileira. A reflexão inspira-se na iniciativa da Faculdade Intercultural Indígena-FAIND da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, que tem formado todos os anos dezenas de professores indígenas que atuam nas escolas de Dourados/MS, município cuja elevada população indígena resiste há anos a um processo de apagamento de sua cultura. Diante disso, questionam-se quais seriam os impactos positivos de uma política semelhante no âmbito da educação jurídica, com a formação de professores indígenas para atuar nas Faculdades de Direito, por exemplo. O trabalho, que possui caráter qualitativo, baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental. Em um primeiro momento, apresenta a iniciativa da FAIND, que abriga os cursos de Licenciatura Intercultural Indígena “Teko Arandu” e o curso de Licenciatura em Educação no Campo-LEDUC, além de um Programa de Mestrado em Educação e Territorialidade. Depois, a partir das lentes descoloniais, discorre sobre o currículo como um artefato produzido por uma forma eurocêntrica de pensar o mundo. Em vista disso, propõe-se uma perspectiva crítica que permita a produção de conhecimento e a transformação social pela via curricular. Por fim, delimita-se na educação jurídica, analisada pela óptica do currículo e da pedagogia jurídica, ressaltando a importância da presença de professores indígenas na formação jurídica, bem como do diálogo intercultural nas diversas relações jurídicas.

Palavras-chave: Educação jurídica. Formação de professores. Currículo de direito. Interculturalidade. Faculdade Intercultural Indígena-FAIND.

Promoção:



Apoio:

